

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 821/XIII/2.^a

MEDIDAS PARA AUMENTAR A COBERTURA VACINAL EM PORTUGAL

O Programa Nacional de Vacinação (PNV) foi implementado em 1965, representando um marco importantíssimo para a redução da morbilidade e mortalidade associadas a várias doenças infecciosas e evitáveis por vacinação.

Constatando-se nessa altura que os indicadores de saúde pública em Portugal mostravam uma alta incidência de doenças evitáveis por vacinação e que o país se mostrava bastante atrasado em relação ao que eram os indicadores europeus, decidiu-se colocar em prática a ideia de um programa de vacinação da população. Este programa contribuiu de forma decisiva para a redução da mortalidade em Portugal, em especial da mortalidade infantil.

Entre outubro de 1965 e final de 1966 administraram-se mais de 3,2 milhões de doses de vacina contra a poliomielite, na altura bastante disseminada no país. O carácter universal e gratuito da campanha teve um efeito imediato: a quebra abrupta da incidência de poliomielite em Portugal.

A poliomielite, doença infecciosa viral, que pode provocar paralisia e, em alguns casos, levar à morte, foi eliminada de Portugal. Esse objetivo só foi possível com a disponibilização de vacinas de forma universal e gratuita e com uma ampla adesão por parte da população.

Para além da vacina contra a poliomielite, o programa nacional de vacinação foi incluindo outras vacinas com o intuito de proteger os indivíduos e a sociedade de outras

doenças, como é o caso da varíola, da tuberculose, da difteria, do tétano, da tosse convulsa (todas incluídas no programa nacional de vacinação em 1965), do sarampo (incluída em 1974), da rubéola (incluída em 1984), da parotidite epidémica (incluída em 1987), da hepatite B (incluída em 1993), da *Haemophilus influenzae b* (incluída em 2000), da *Neisseria meningitidis C* (incluída em 2006), do vírus do papiloma humano (HPV, incluída em 2008) e do *Streptococcus pneumoniae 13* (incluída em 2015).

O impacto foi sempre positivo, contribuindo para a redução significativa da incidência e prevalência destas doenças. Por exemplo, a varíola foi erradicada, a rubéola, o tétano neonatal e a difteria foram eliminadas e muitas outras doenças, como é o caso da hepatite B, da tosse convulsa ou do tétano, estão controladas.

Aumentar a adesão a um importante instrumento de saúde pública

O Programa Nacional de Vacinação proporcionou uma redução significativa da mortalidade infantil, o aumento da esperança média de vida e o aumento da qualidade de vida, ao proporcionar mais anos livres de doença.

O PNV é fundamental na prevenção e combate a diversas doenças contagiosas, sendo eficaz na proteção individual e, acima de tudo, na proteção coletiva, proporcionando imunidade de grupo. Com altas taxas de cobertura de vacinação, é possível interromper a circulação dos microrganismos entre pessoas, tornando possível o controlo das doenças e, em alguns casos, a sua eliminação.

Dados referentes a dezembro de 2015 mostram que 95% das crianças com 1, 2, 7 e 14 anos tinham cumprido o plano de vacinação para cada vacina avaliada e que entre 95% a 98% das crianças e jovens com idade entre os 8 e os 18 anos de idade estavam vacinados com 2 doses da vacina contra sarampo, parotidite epidémica e rubéola. A DGS refere, inclusive, que a cobertura vacinal referente ao sarampo é de 98% para a primeira dose e de 95% para a segunda dose.

Apesar de estes dados serem muito bons e, em geral, garantirem imunidade de grupo, há a realçar que continuam a existir situações de não vacinação, o que pode sempre levar ao ressurgir de casos de doenças consideradas eliminadas, como acontece atualmente com o sarampo.

Depois de vários anos com muito poucas notificações de casos de sarampo (sendo que as que existiam se reportavam a casos importados ou casos secundários e rapidamente controlados), a doença foi considerada eliminada em 2016. No entanto, este ano, com 21 casos confirmados e 15 a aguardar confirmação (dados referentes ao dia 19 de abril), vem demonstrar que mesmo com altas taxas de cobertura vacinal é sempre preciso fazer mais, continuando o trabalho em torno da sensibilização, informação e sinalização de pessoas não vacinadas.

É preciso, portanto, adotar medidas para reforçar a adesão da população à vacinação e aumentar ainda mais a taxa de cobertura vacinal. Sensibilizar para a importância da vacinação, informar para combater crenças e receios infundados e melhorar a sinalização e comunicação com as pessoas não vacinadas ou que não vacinaram as crianças a cargo, são medidas que potenciarão os efeitos benéficos do plano nacional de vacinação.

Assim, e tendo em conta a importância inquestionável do PNV e da vacinação, a importância de garantir uma ainda maior cobertura vacinal e o atual surto de sarampo que revela a necessidade de continuar a vacinação como forma de manter as doenças controladas e erradicadas, o Bloco de Esquerda apresenta a presente iniciativa legislativa, contribuindo com medidas que pretendem aumentar a adesão ao programa nacional de vacinações, através da informação e de uma maior proximidade entre cuidados de saúde, utentes e comunidade.

Propõe-se, em primeiro lugar, a realização de campanhas de sensibilização e informação dirigidas à população em geral. Estas campanhas devem ser regulares e lembrar as pessoas sobre a gratuitidade do plano nacional de vacinação, sobre as vacinas incluídas e as idades de toma de cada uma destas vacinas. Deve sublinhar sempre os enormes ganhos que representa a vacinação universal.

Depois de se ter conseguido eliminar e controlar várias doenças por via de medidas eficazes de saúde pública (entre as quais a vacinação), algumas pessoas podem ter perdido a perceção do risco de determinadas doenças, o que os leva a desvalorizar a importância da vacinação. Há, por outro lado, pessoas com crenças e receios infundados em relação às vacinas, que devem ser combatidos por via da informação. Essa informação deve ser prestada, mais uma vez, com campanhas de sensibilização e através das autoridades nacionais e locais de saúde, junto da população.

Propõe-se, em segundo lugar, um maior acompanhamento e personalização dos cuidados de saúde primários. A generalização do conceito de enfermeiro de família e o trabalho de acompanhamento e proximidade com as famílias, ajudarão numa maior cobertura vacinal. No imediato, é necessário estabelecer contato com todos os utentes, com e sem médico de família atribuído, e cujas crianças a cargo não estejam a cumprir o seu plano de vacinação. É necessário também garantir o acesso ao SNS a todas as pessoas, incluindo os que não recorrem ao SNS, os que estão excluídos do sistema e os que podem, inclusivamente, nem ser utentes do Serviço Nacional de Saúde.

Nestes casos de pessoas que se encontram, por qualquer razão, fora do sistema de saúde público, a articulação entre os cuidados de saúde primários e as escolas pode trazer bons resultados.

Propõe-se, então, em terceiro lugar, um relacionamento mais estreito entre escola e centro de saúde. Assim que uma escola sinalize um aluno sem boletim de vacinas ou com o boletim de vacinas incompleto, deve referenciar para o centro de saúde da zona, cabendo a este último entrar em contato com a família do aluno. Nesse contato será dada informação sobre o que é o programa nacional de vacinação, assim como informação sobre a importância da vacinação, com o objetivo de regularizar o plano de vacinação da criança ou jovem em questão.

Estas medidas proativas de informação, contato e sinalização proporcionarão um aumento da adesão voluntária à vacinação, potenciando assim os efeitos positivos em saúde pública.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Promova campanhas de sensibilização para o público em geral, onde releve a importância da vacinação para a redução da mortalidade e morbilidade e para o controlo e erradicação de doenças;
2. Promova, com a autoridade nacional e as autoridades locais de saúde, campanhas de informação, dirigidas para o público em geral, sobre as vacinas integradas no programa nacional de vacinação, a idade de toma e forma de aceder à vacinação;

3. Promova, junto dos centros de saúde, mecanismos de sinalização e contato de utentes com crianças a cargo com vacinas em atraso, com o objetivo de regularizar o plano de vacinação de cada criança ou jovem, e acelere a constituição de enfermeiros e equipas de família, potenciando a proximidade e personalização dos cuidados de saúde primários;

4. Promova canais de comunicação entre escolas e centros de saúde, de forma a que as primeiras possam referenciar situações de crianças ou jovens cujo boletim de vacinas não se encontra atualizado, com o objetivo de proceder, através do centro de saúde, à regularização do plano de vacinação da criança ou jovem em causa.

Assembleia da República, 21 de abril de 2017.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,